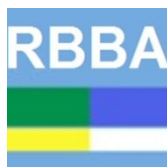


ARTIGO



ISSN 2316-1205

IMPLICAÇÕES DO ULTRACONSERVADORISMO PARA A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA BRASILEIRA

Implicaciones del ultraconservadurismo para la educación de la infancia brasileña

Implications of ultraconservatism for brazilian childhood education

Editor-chefe

José Rubens
Mascarenhas

Editor-adjunto

Marcelo Nolasco

Amanda Maria Capitolina Rodrigues Duarte

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos,
São Paulo, Brasil

ORCID ID: 0000-0003-3247-2160

Lattes ID: 2392007000465497

Endereço eletrônico: amanda.duarte@unifesp.br

Submetido

20-11-2025

Aceito

18-06-2026

Publicado

1-8-2026

Daniela Finco

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos,
São Paulo, Brasil

ORCID ID: 0000-0002-5731-1091

Lattes ID: 5868721280642490

Endereço eletrônico: dfinco@unifesp.br

Como referenciar

DUARTE, Amanda
Maria Capitolina
Rodrigues; FINCO,
Daniela. Implicações
do
ultraconservadorismo
para a educação da
infância brasileira.
RBBA -
Revista Binacional
Brasil-Argentina,
Vitória da Conquista,
v. 16, n. 1, e 18340.
DOI:
10.22481/rbba.v16i1.1
8340

Resumo

Este artigo problematiza o avanço de forças ultraconservadoras e neoliberais têm afetado a educação da infância no Brasil na última década. Com base em revisão bibliográfica e em pesquisas sobre o tema, evidencia como movimentos reacionários de grupos religiosos e setores da extrema direita impulsionam uma agenda política educacional que articula moral conservadora, redução do papel do Estado e ataques aos direitos humanos. Revela como essas forças articulam ofensivas antigênero destinadas a impedir debates sobre diversidade. A defesa da suposta 'inocência' das crianças é mobilizada como justificativa para legitimar censuras, comprometendo a educação pública, laica e democrática e fragilizando a proteção dos direitos das próprias crianças. Tais dinâmicas ressaltam como as relações sociopolíticas desafiam a infância perante as crescentes desigualdades e assimetrias.

Palavras-chave: educação; ofensivas antigênero; política educacional brasileira.

RBBA

Revista Binacional Brasil Argentina: diálogo entre as ciências

Vitória da Conquista • Ano: 2026 • v. 16 • n.1 • e18340



Resumen

Este artículo problematiza cómo el avance de fuerzas ultraconservadoras y neoliberales ha afectado la educación de la infancia en Brasil durante la última década. Basado en una revisión bibliográfica e investigaciones sobre el tema, evidencia cómo movimientos reaccionarios de grupos religiosos y sectores de la extrema derecha impulsan una agenda política educativa que articula moral conservadora, reducción del papel del Estado y ataques a los derechos humanos. Revela cómo estas fuerzas coordinan ofensivas anti-género destinadas a impedir debates sobre diversidad. La defensa de la supuesta 'inocencia' de los niños y niñas es movilizada como justificación para legitimar censuras, comprometiendo la educación pública, laica y democrática y debilitando la protección de sus propios derechos. Tales dinámicas resaltan cómo las relaciones sociopolíticas desafían la infancia ante las crecientes desigualdades y asimetrías.

Palabras-clave: educación; ofensivas antigénero; política educativa brasileña.

Abstract

This article problematizes how the advance of ultraconservative and neoliberal forces has affected childhood education in Brazil over the last decade. Based on a literature review and research on the topic, it demonstrates how reactionary movements from religious groups and far-right sectors drive an educational political agenda that articulates conservative morality, the reduction of the State's role, and attacks on human rights. It reveals how these forces coordinate anti-gender offensives aimed at preventing debates about diversity. The defense of children's alleged 'innocence' is mobilized as a justification to legitimize censorship, compromising public, secular, and democratic education and weakening the protection of children's own rights. Such dynamics highlight how sociopolitical relations challenge childhood in the face of growing inequalities and asymmetries.

Keywords: education; anti-gender offensives; brazilian educational policy.

Introdução

Este trabalho analisa as marcas do neoconservadorismo nas disputas políticas e os impactos das políticas públicas voltadas à educação da infância no Brasil. Compreender essas políticas é fundamental para aprofundar a compreensão da nova direita tanto no Brasil quanto na América Latina, especialmente no que diz respeito à relação entre a institucionalização dos direitos das crianças e as dinâmicas familiares. Além disso, problematiza as formas como as relações políticas e sociais se inter-relacionam nos processos ocorridos nas últimas décadas na América Latina, enfrentamos diversos desafios, especialmente diante do crescimento das desigualdades sociais.

Tem como base os resultados de uma pesquisa desenvolvida do “Grupo Gênero, Educação da Pequena Infância, Cultura e Sociedade” da Unifesp - São Paulo - Brasil, que busca incluir o debate sobre as questões de gênero presentes no fazer pedagógico (Duarte, 2021). Tal pesquisa reforça o compromisso com a afirmação dos Direitos Humanos na Educação, considerando a urgência de debater a desconstrução das desigualdades e discriminações e seus reflexos no campo da Educação Infantil.

Desse modo, este texto analisa como o fortalecimento do conservadorismo provoca um grande retrocesso nas políticas públicas que visam reforçar a laicidade e democracia do Estado, de forma que a Educação, bem como crianças e adolescentes, passou a ser elementos-chave dos discursos que incitam pânico moral na população, resultando em grandes perdas. Analisa como os discursos reacionários que inflamam o país provocam retrocessos em debates e questões que seguiam em avanço, como as pautas de diversidade, gênero e direitos humanos na educação. No âmbito político-social brasileiro, os reflexos do neoconservadorismo nos colocam grandes desafios para a garantia dos direitos na infância.

A partir do referencial da Sociologia da Infância, podemos destacar a importância de compreender as crianças como figuras políticas (Hendrick, 2005). Assim, facilmente se lhes nega a ação, privando-as, por isso, de direitos civis como pessoas. Isso permite que adultos ponham as crianças, os sujeitos do paternalismo, fora da definição de personalidade. Segundo Alderson (2005), os direitos das crianças tomaram uma nova dimensão desde finais da década de 80, com os chamados direitos de participação. Porém, com um cenário neoconservador, parece que estamos retrocedendo: as crianças têm sido excluídas dos seus direitos. Em vez disso, tem-se assumido, cada vez mais, que as crianças devem estar sob a proteção e o controle dos pais.

Pensando no contexto deste trabalho, podemos fazer uma relação do "culto à família tradicional", presente nos discursos político-sociais do governo de Bolsonaro. Percebemos que as crianças estão sendo utilizadas como moeda de troca, no qual advogam proteção da perversão e subversão da ideologia de gênero, na mesma medida que se opõe ao avanço das agendas que correspondem à diversidade. Uma “moral retrógrada, centrada em um modelo único de família como célula elementar da sociedade, contra o que chamam de ‘ideologia de gênero’, prestigiando o matrimônio exclusivo entre pessoas de sexo opostos e com papéis de gênero complementares” (Quinalha, 2016, p. 137).

Para compreender esse cenário, dialogamos com o referencial teórico dos estudos que tratam da questão de gênero, no contexto da política, social e sua relação com a educação das crianças (Viégas e Goldstein, 2017; Martins, 2018; Miskolci, 2018; Leite, 2019; Biroli, 2019; Vianna; Bortolini, 2020; Yannoulas, Afonso e Pinelli, 2021; Carreira, 2016, 2024, Gava, 2023). Pesquisas que apontam como reformulação da noção de direitos humanos no Brasil, inclinam-se na contramão dos anos 80, 90 e 2000, que podem ser entendidos como momentos em que os direitos humanos e o enfrentamento das desigualdades eram responsabilidades do

Estado. Mostram como os conservadores estiveram presentes na sociedade brasileira, de diferentes maneiras ao longo da história, mas, atualmente, há valores com o intuito de constituir o neoconservadorismo como uma identidade política.

Implicações das políticas de Neoliberais

Problematizar as implicações políticas do contexto neoliberal que trazem intrincadas e complexas questões envolvendo a relação público-privado no contexto de um projeto ultraconservador no Brasil. O texto problematiza as propostas políticas fortalecidas pelo ex-governo, como por exemplo, os projetos de *homeschooling*, o apagamento do debate de gênero e sexualidade das diretrizes e projetos educativos, o avanço do campo religioso na educação, a extinção de secretarias que tratavam os assuntos da diversidade e direitos humanos, o desmonte das políticas públicas para mulheres, além da privatização e terceirização da educação básica e da mercantilização das instituições de direito público.

O texto analisa os discursos reacionários que inflamam o país e provocam retrocessos em debates e questões que seguiam em avanço, como as pautas de diversidade, gênero e direitos humanos na educação. No âmbito político-social brasileiro, seus reflexos para o contexto dos direitos da infância tornaram-se um desafio necessário. A discussão tem como propósito suscitar contribuições aos estudos da infância, considerando a defesa dos direitos das crianças. O olhar para as crianças, que estão no palco das controvérsias políticas, traz um longo desafio, sobretudo na função educativa, social e das políticas públicas, na construção de uma sociedade que respeite as diferenças e combata as desigualdades e as violências desde a infância.

Desde o golpe civil-institucional que tirou Dilma Rousseff da presidência (Silva, Faria e Finco, 2019), uma forte onda conservadora tem-se instalado e implicado nas agendas que interessam aos direitos humanos. Esse processo político pós-golpe fortaleceu um projeto político da extrema direita. Percebe-se que grupos conservadores conseguiram relativo êxito em conter avanços progressistas anteriores.

Com a entrada de Bolsonaro no governo, os Programas, Projetos e a Formação Continuada da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), foram extintos. A SECADI havia sido criada em 2004 para contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade sociocultural, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental. Consistia em uma importante secretaria que tratava dos assuntos da diversidade e dos direitos humanos. Isso causou uma desarticulação com o suposto campo macro da educação: a falta de discussões com aqueles que formulam as políticas públicas de educação das áreas de currículo, avaliação e orçamento, nas quais essas temáticas eram contempladas, apontando a necessidade de mostrar nas pesquisas os impactos dessas discussões que têm sido realizadas para medir os resultados em avaliações externas e internacionais.

Tivemos também o desmonte das políticas públicas para mulheres, o corte de verbas e o fechamento de delegacias de mulheres, especializadas no combate às violências de gênero. Pesquisas revelam dados sobre o aumento da posse de armas no Brasil, assim como acendem um alerta para as violências de gênero, revelando como o governo de Bolsonaro fez cortes no

orçamento de importantes pastas, deixando de gastar os recursos para as Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por exemplo (Tavares e Alves, 2023).

Nos últimos anos, o cenário brasileiro foi marcado pelo fortalecimento do ultraconservadorismo, tensionando uma crise política ressaltada por grupos conservadores, defensores de soluções violentas para questões sociais, como ruralistas, religiosos, católicos e evangélicos, em menor escala kardecistas, judeus e organizações como o Movimento Escola Sem Partido, que atuaram de forma coordenada na retirada das questões de gênero do Plano Nacional de Educação no Congresso (Vianna; Bortolini, 2020). Além disso, mobilizaram discursos contra os direitos humanos, ações que declinaram as pautas reconhecidas nas agendas ministeriais.

Movimentos como o Escola Sem Partido e o Movimento Brasil Livre (MBL), representados por grupos de orientação reacionária, vêm ameaçando e atacando diretamente as escolas e projetos educativos. O MBL, um movimento social de caráter regressivo, desenvolve ações educativas voltadas à construção de uma “nova civilidade” no Brasil. A concepção de cidadania defendida pelo grupo é regressiva, pois busca a redução de direitos garantidos pelo Estado, sustentando a livre iniciativa individual e um neoliberalismo radical (Martins, 2018).

No contexto brasileiro, o “Escola Sem Partido” expressa um projeto de despolitização do espaço escolar, trazendo interditos ao trabalho docente, com pautas proibidas: gênero e sexualidade, relações étnico-raciais, diversidade religiosa e direitos humanos. Para seus defensores, a educação para a cidadania torna-se um contrassenso, uma vez que propõem uma escola de matriz positivista, que nega as subjetividades e a expressão das diferenças. Essa postura surge como reação ao fortalecimento dos movimentos sociais e às conquistas obtidas por eles nas últimas décadas.

Apoiando-se na ideia ultraliberal de que o interesse privado e a religião das famílias (seus proponentes são evangélicos neopentecostais) deve se sobrepor aos interesses públicos (como a convivência social com o diferente em um estado laico e democrático), o Escola sem Partido impede a construção dos valores necessários a uma convivência democrática e ao combate de toda forma de valores preconceituosos (VIÉGAS; GOLDSTEIN, 2017, p. 10-11).

O movimento, que propõe desse modo a “neutralidade” na educação brasileira, manifesta uma clara intenção de supressão e perseguição contra os ideais mais progressistas e críticos. Esse projeto educacional expõe e protege os ideais conservadores e fundamentalistas, que sempre foram usados para garantir a manutenção do *status quo* social e econômico, consolidando um ensino meramente técnico e despolitizado.

Assim, o campo da educação vem sofrendo ataques na formulação de políticas públicas, com tais movimentos que ganharam notoriedade ao serem acolhidos por partidos políticos conservadores brasileiros. Estes objetivavam coibir práticas pedagógicas livres e democráticas, sob o argumento de doutrinação política ameaçadora aos valores morais e religiosos da família, representando uma contrapolítica que se posicionou contra os avanços progressistas dos últimos anos. Tais investidas ultraconservadoras impactam os direitos de formação cidadã da infância.

Estudos sobre a relação entre discursos conservadores e direitos humanos no período mais recente e atual do país destacam o papel da “Articulação contra o ultraconservadorismo

na Educação: em Defesa do Direito à Educação e contra a Censura nas Escolas” nos embates recentes relacionados a movimentos como o “Escola Sem Partido”, militarização das escolas e campanhas anti-gênero na educação e *homeschooling* (Carreira, 2024). É apontado como nos últimos anos, de ascensão da extrema-direita no Brasil e de ataques sistemáticos às escolas públicas e às agendas de gênero, raça e sexualidade, o fenômeno ultraconservador passou a dominar a educação.

Além disso, projetos como o de *homeschooling*, sustentados por um discurso ultraconservador e neoliberal, visam, por um lado, destituir o papel do Estado na oferta da educação e, por outro, afirmar o patriarcado na definição da família tradicional (Ferreira et al., 2020). Por trás do discurso do governo para dar “liberdade aos pais”, estão as empresas e os grupos editoriais de olho no mercado em torno do *homeschooling*. Na internet, explodem novos sites de empresas brasileiras especializadas em materiais para quem quer educar em casa. Todos eles com conteúdo religioso que negam o conhecimento científico, histórico e filosófico acumulado até aqui pela humanidade (Taffarel e Neves, 2019).

Quando essas pautas ultrapassam as questões religiosas e criam barreiras para um avanço nas discussões sociais com vistas aos direitos humanos, ou quando esses discursos de cunho religioso influenciam as tomadas de decisão referentes a toda uma sociedade, a “ideologia de gênero” parece ganhar, a partir de falsas verdades, discursos distorcidos e mentiras, instigando perseguições no âmbito das escolas. Essa dinâmica produz efeitos significativos no plano macrossocial, instaurando um clima de insegurança e desconfiança em relação às instituições educacionais, ao mesmo tempo que coloca professoras e professores como sujeitos a serem responsabilizados e vigiados, levando-os à autocensura prévia de conteúdos e estratégias que envolvam temas considerados polêmicos no contexto escolar (Gava, 2023).

Neste cenário, a “ideologia de gênero” aparece como uma categoria acusatória e como uma política pública. A empreitada reacionária sustenta-se na defesa de valores tradicionais, reiterando o padrão cis-heteronormativo reprodutivo de família, em que obtém concessões sobre a escola, procurando, assim, minar a educação sexual, as diferentes orientações sexuais, a pluralidade familiar e a identidade de gênero como autodeterminada.

No Brasil, o sintagma “ideologia de gênero” ganha força em um projeto político que tem como principais forças o fundamentalismo religioso, cujos parlamentares se unem a diferentes forças conservadoras no Congresso Nacional, além de pastores com forte atuação política e presença marcante nas redes sociais. “Frente parlamentar evangélica” ou “bancada evangélica” são nomes que fazem referência à presença de figuras da cena religiosa na política brasileira (Lacerda, 2025).

Os movimentos ultraconservadores, com suas ideias sexistas e antigênero, atrasaram o debate sobre as pautas dos direitos humanos e buscam dificultar uma agenda política alinhada com os princípios democráticos, ocupando um espaço estratégico na educação. A construção e implementação de importantes documentos brasileiros, como o Plano Nacional de Educação (PNE), enfrentaram diversos impasses à inclusão das temáticas de gênero e diversidade. O PNE (2014–2024), que consiste em uma diretriz essencial para a política educacional brasileira, foi marcado pelo cenário de retrocessos. A articulação política dos conservadores resultou na retirada da palavra gênero do documento, que sofreu um tratamento distorcido e politicamente nefasto às questões de gênero e de diversidade na educação (Vianna e Unbehau, 2016).

O debate de gênero na educação brasileira também foi objeto de intensos debates, especialmente após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), quando se intensificou um movimento de censura e exclusão de referências a gênero e diversidade nas diretrizes curriculares, impulsionado por grupos conservadores (Vianna e Bortolini, 2020; Gava, 2023). Essas ações, articuladas por setores religiosos e políticos, resultaram na retirada de discussões sobre diversidade e identidade de gênero dos materiais e projetos pedagógicos da Educação Infantil, contrariando princípios democráticos e os direitos das crianças a uma educação plural e inclusiva, assegurados por legislações nacionais e tratados internacionais.

Refletir sobre as mudanças no cenário que se caracterizou nas últimas décadas, marcado por conflitos complexos, com atenção às múltiplas formas como o gênero é utilizado tanto como intervenção de governança quanto como prática discursiva. O gênero, neste contexto, é por vezes utilizado como uma ferramenta para produzir dominação e exclusão com a retórica neoliberal, como uma "ideologia liberticida", como um "inimigo a combater" (Finco, Barreiros, Abbatecola, 2024).

Empreendedores morais se apropriaram do discurso de proteção de nossas crianças e adolescentes, da família tradicional e cristã, contra a “ideologia de gênero” e a doutrinação nas escolas. Com isso, retrocessos em relação a conquistas em pautas sociais e políticas vêm sendo disseminados e concretizados. A ofensiva antigênero, com seu discurso que naturaliza e essencializa as diferenças de gênero, adentra o espaço da educação das crianças, mostrando o quanto a escola acaba sendo um campo de construção ideológica, sendo hoje o principal campo de batalha (Lacerda, 2025). Tal cenário nos aponta o quanto o processo de produção de políticas públicas educacionais relacionadas a gênero passa por um tenso processo de negociação e supressão de planos, projetos, ações e programas, afetando diretamente a infância brasileira.

Direitos das crianças e o perigo da educação nas pautas ultraconservadoras

O ano de 1988 marcou um período decisivo para o Brasil, caracterizado pela ampliação dos direitos de cidadãs e cidadãos e, posteriormente, durante a década de 1990, pela consolidação dos direitos das crianças. Nesse contexto, observou-se o fortalecimento da relação entre Estado e sociedade civil, anteriormente fragilizada pela Ditadura Militar. A emergência de governos progressistas e a aproximação com movimentos sociais permitiram a constituição de novos sujeitos políticos e a reconfiguração das formas de atuação política, garantindo maior presença dessas pautas nas agendas públicas (Carreira, 2015).

Embora determinados valores conservadores estejam historicamente presentes na sociedade brasileira, observa-se, na contemporaneidade, a conformação do ultraconservadorismo como identidade política articulada (Biroli, 2019). Seus ideais ultrapassam o âmbito religioso e se expandem para setores políticos, promovendo a institucionalização de uma moral conservadora que incide diretamente sobre a educação, o ensino e as políticas educacionais, afetando, de modo particular, as crianças.

A ascensão de valores morais tradicionais, exemplificada pela Campanha “Con Mis Hijos No Te Metas” em diversos países da América Latina, evidencia a capacidade de grupos conservadores de mobilizar cidadãos por meio de agendas morais e religiosas centradas na defesa da vida e da família. Essa dinâmica é sustentada por uma moralidade que percebe o gênero como ameaça à manutenção de valores sociais, atravessando decisões públicas, relações familiares e práticas escolares (Lins; Maluf; Freitas, 2021).

No Brasil, o avanço do ultraconservadorismo apresenta riscos significativos aos direitos das crianças. Essa perspectiva defende a transferência de funções do Estado para a iniciativa privada, a privatização de empresas públicas e a redução do papel estatal, o que resulta na deterioração de políticas essenciais à infância e na fragilização da garantia de direitos.

Simultaneamente, discursos ultraconservadores têm sido disseminados por meio da propagação de ódio, desinformação e *fake news*, criando pânicos morais amplificados pela velocidade da mídia (Arruda; Finco, 2023). A retórica da chamada “ideologia de gênero” surge como dispositivo central desses grupos, funcionando como artefato de persuasão e fomentando a percepção de que a família tradicional estaria sob ameaça. Com isso, o controle simbólico dos valores e a administração do medo são convertidos em estratégias de manipulação do preconceito.

A luta contra a “ideologia de gênero” consolidou-se como uma das manifestações mais evidentes da politização moral conservadora. Sua análise permite compreender tanto a articulação entre conservadorismo religioso e política contemporânea no Brasil e na América Latina quanto as relações de poder que incidem sobre a infância e a educação.

Discursos conservadores produzem danos substanciais ao silenciar ou restringir debates sobre desigualdades e violências de gênero, temas fundamentais para a proteção da infância. Esses silenciamentos favorecem pactos de omissão e a perpetuação de abusos. A expansão do reacionarismo neoliberal revela retrocessos expressivos nas políticas públicas, abalos à laicidade do Estado e riscos à democracia, bem como graves violações à dignidade e aos direitos das crianças.

A análise dessas disputas contribui para aprofundar a compreensão sobre a nova direita no Brasil e na América Latina, especialmente no que se refere à institucionalização dos direitos da infância e às dinâmicas familiares. Estratégias políticas ultraconservadoras enfatizam o reforço do poder parental entendido como propriedade sobre os filhos, contrapondo-se a políticas que garantem às crianças e adolescentes autonomia em temas como acesso a contraceptivos e educação sexual (Vaggione, 2022).

A convergência entre agendas neoliberais e conservadoras promove, simultaneamente, a restauração de uma ordem moral e a mercantilização da educação, ameaçando a escola pública, gratuita e laica. Nesse cenário, as crianças são colocadas no centro do conflito ideológico, tratadas como propriedade dos pais, que passam a reivindicar direitos exclusivos sobre sua formação.

A onda conservadora, fortemente apoiada por movimentos religiosos presentes no Congresso Nacional, mobiliza discursos que afirmam defender as crianças de supostos processos de “aliciamento” e “desvirtuamento” associados ao debate de gênero. Esse discurso ganhou força no contexto político das eleições presidenciais de 2018, articulando-se com narrativas sobre moralidade, família e bons costumes (Leite, 2019).

Nas instituições educacionais, ofensivas antigênero, sustentadas pela retórica de proteção à família e às crianças, difundem a ideia de que o debate de gênero promoveria sexualização precoce, estimularia a homossexualidade e destruiria a “família natural” (Finco; Fernandes, 2023). Essa narrativa gera pânico social ao representar a “ideologia de gênero” como ameaça direta à integridade infantil, enquanto discursos paternalistas e protetivos

contraditórios, afirmam defender a infância, reforçando a manutenção de uma família heteronormativa e patriarcal.

Considerações finais

Em um cenário marcado pela intensificação das políticas neoliberais no Brasil, a educação da primeira infância passou progressivamente a ser tratada como responsabilidade privatizada, deslocada das esferas do Estado. Os ideais ultraconservadores espalham-se em setores políticos, institucionalizando a moral conservadora, e têm impactado a educação, o ensino e as políticas públicas educacionais envolvendo a infância brasileira.

Os avanços do ultraconservadorismo no Brasil propõem que se deixe nas mãos de particulares ou de empresas privadas o maior número possível de atividades econômicas, bem como a limitação do papel do Estado com a privatização de empresas públicas e a redução do tamanho do Estado (Yannoulas, Afonso e Pinelli, 2021).

Assim, podemos ver o fortalecimento, no Brasil, de um discurso de falta de recursos para melhorar os serviços por parte do Estado, defendendo que aquilo que é público precisa ser privatizado; mercantilizando as instituições de direito público. Esses discursos que desafiam também os direitos das crianças, que, ao afirmarem defender a família, violam os seus direitos, utilizando-as como moedas de troca ou como estratégia para a manutenção de um modelo desigual de sociedade.

Os valores conservadores estão na base desses discursos, com a defesa de posições que negam radicalmente não só sua participação e direitos civis na sociedade das crianças, colocando-as em risco e em situação de abusos e constrangimentos. Tal cenário estremece e atravessa as infâncias, as instituições e práticas educativas, resultando em crises sociais, políticas e econômicas brasileiras.

Neste cenário, as crianças são desse modo figuras centrais nos discursos ultraconservadores, em período eleitoral e pós-eleitoral, colocadas estrategicamente nas narrativas antidemocráticas como pessoas a serem protegidas da esquerda, da "ideologia de gênero" e da homossexualidade. Nessa direção, estão sendo construídas narrativas que conferem perigo à tão reiterada pureza infantil e negam as taxas de violência de nossa sociedade brasileira.

É importante olhar para tais discursos, que ganharam adeptos por todo o país e levaram a um pânico moral entre as famílias, com gênero como um suposto alvo a ser combatido, representado pela esquerda vista como desvirtuante das ordens patriarcais e dos valores da família tradicional, com ações que ainda produzem grandes impactos nas políticas educacionais.

Com as políticas antigênero no Brasil, percebe-se que grupos conservadores conseguiram relativo êxito em conter avanços progressistas anteriores. É preciso reconhecer e compreender essas disputas, sendo essencial, portanto, aprofundar a compreensão da nova direita, em especial na área da Educação, tendo em vista que a convergência das agendas neoliberais e conservadoras visa concomitantemente à restauração moral e à mercantilização da educação, fatores que ameaçam a educação pública, democrática, gratuita e laica.

Referências

- ALDERSON, P. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa **Educação & Sociedade**, vol. 26, núm. 91, maio-agosto, 2005, pp. 419-442.
- ARRUDA, J. FINCO, D. Fake News e os Desafios do Trabalho Docente Frente às Questões de gênero e sexualidade na creche. **IX Congresso Nacional de Educação**, Centro de Convenções de João Pessoa - João Pessoa - PB, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- BIROLI, F. Gênero, “valores familiares” e democracia. In.: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135 - 187.
- CARREIRA, D. Igualdade e Diferenças nas Políticas Educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma. São Paulo: USP. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CARREIRA, D. O Informe Brasil – gênero e educação: da Conae às Diretrizes Nacionais. In.: CARREIRA, Denise; VIANNA, Cláudia; LEÃO, Ingrid; UNBEHAUM, Sandra; CARNEIRO, S; CAVASIN, S. Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa; Cladem; Ecos; Geledés; FCC, 2016, p. 25-54.
- CARREIRA, D., André de Mendonça, A., & Pereira de Moura, F. Discursos Conservadores e Direitos Humanos: Entrevista com Denise Carreira. **Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura**, REBEH (ISSN:2595-3206), vol.07, e16208, 2024.
- DUARTE, A. R. **Inserção de gênero na formação inicial dos cursos de Pedagogia a partir das experiências e narrativas docentes**. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.
- FERREIRA, F. D.; RODRIGUES C., C.; CAVALCANTI, Eblin; Dias, Raquel; Silva de Oliveira Brandão, Selma Maria. Educação e cultura na luta por emancipação da humanidade: ataques e resistências no governo Bolsonaro **Revista de Políticas Públicas**, vol. 24, 2020, pp. 312-330.
- FINCO, D.; BARREIROS, D. P.; ABBATECOLA, E. A educação em disputa: gênero, cruzadas e formas de resistência. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 12, n. 1, 2024.
- FINCO, D. FERNANDES, N. A. Mis hijos, ¿mis reglas? Visiones de las familias sobre las cuestiones de género en Educación Infantil. **Infância Latinoamericana**, v. 36, p. 1-10, 2023.
- GAVA, T. C. M. **O ovo de Serpente: o discurso antigênero como elemento na disputa pela função social da educação escolar**. (Tese de doutorado) Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Paulo, 2023.
- HENDRICK, H. A criança como actor social em fontes históricas: problemas de identificação e interpretação. In. CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. **Investigação com crianças: perspectivas e práticas**. Porto: Ediliber Editora de Publicações, 2005.

LACERDA, P. B. de. **“Vamos falar de gênero sim!”**: Formação continuada na Educação Infantil e os impactos da retirada do termo dos Planos Municipais de Educação. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2025.

LEÃO, I. A Educação Brasileira na ONU: temas e debates nos relatórios do Brasil ao Comitê CEDAW. In: DENISE CARREIRA, et al. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**, São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016.

LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Revista Latinoamericana de Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 32 - ago. 2019, pp.119-142.

LINS, H.; MALUF, J. & FREITAS, N. (2021). O direito à informação e comunicação das crianças ameaçado no Brasil: “temas sensíveis” em tempos de neo-conservadorismo. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, , v. 14, n. 44, p. 603-628, jul./dez.

MARTINS, M. F. Educação, cidadania regressiva e movimentos sociais regressivos: o MBL em questão. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 4, n. 2, p. 41-68, jul./dez.2018.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, vol. 7, núm. 15, 2016, pp. 590-621. Rio de Janeiro, 2016.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 32, no 3, setembro/dezembro 2017, p.723- 745.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018.

QUINALHA, R. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. In: JINKINGS, Ivana, DORIA, K. e CLETO M. (Orgs). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 131-137.

SILVA, A.; FARIA, A. G.; FINCO, D. Lute como uma menina! O verbo é lutar desde o nascimento na vida de meninas. Dossiê Rosa Luxemburgo, Mulheres, Liberdade e Revolução. *Historiæ*, n. 10 (1), p. 59–82, 2019.

TAFFAREL, C.; NEVES, Márcia Luzia Cardoso. Tendências da educação frente à correlação de forças na luta de classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional. **Estudos IAT**, vol. 4, n 2, 2019.

TAVARES, M. e ALVES, A. A violência de gênero no (Des)governo Bolsonaro: licença para matar! **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 43, nº 94, 2023.

VAGGIONE, J. M. El entramado neoconservador en América Latina. La instrumentalización de la ideología de género en las democracias contemporáneas. Las Torres de Lucca. **Revista internacional de filosofía política** ISSN-e: 2255-3827, 2022.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. Contribuições da Produção Acadêmica sobre Gênero nas Políticas Públicas elementos para repensar a agenda. In: DENISE CARREIRA, et al. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**, São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016.

VIANNA, C. P.; BORTOLINI, A. As agendas feministas, LGBT e antigênero em disputa nos Planos Estaduais de Educação (2014 - 2018). In: VIANNA, Cláudia; CARVALHO, Marília (orgs.). *Gênero e Educação: 20 anos construindo conhecimento*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

VIÉGAS, L. e GOLDSTEIN, T. Escola sem partido, sem juízo e sem bom senso: judicializando e medicalizando a educação. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, janeiro - junho de 2017 Vol.14 Ano XIV nº 1.

YANNOULAS, S.; AFONSO, S.; PINELLI, L. Propuestas político-pedagógicas neoconservadoras: Falacias de la “ideología de género” y del movimiento “escuela sin partido”. **Revista Debate Público** - Reflexión de Trabajo Social, Universidad de Buenos Aires, ano 11, n. 21, p. 65-81, 2021.